



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Higor Fernandes Silva

**Federações Estaduais de Futebol: Um Estudo Sobre Evidenciação Contábil e Fontes de  
Receitas**

Florianópolis - SC  
2021

Higor Fernandes Silva

**Federações Estaduais de Futebol: Um Estudo Sobre Evidenciação Contábil e Fontes de Receitas**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. José Alonso Borba, Dr.

Coorientador: Fábio Minatto, Ms.

Florianópolis - SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Higor Fernandes

Federações Estaduais de Futebol : um estudo sobre  
evidenciação contábil e fontes de receitas / Higor  
Fernandes Silva ; orientador, José Alonso Borba,  
coorientador, Fábio Minatto, 2021.

49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis,  
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Federações Estaduais de  
Futebol. 3. Evidenciação Contábil. 4. Auditoria. 5. Fontes  
de Receitas. I. Borba, José Alonso . II. Minatto, Fábio.  
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Contábeis. IV. Título.

Higor Fernandes Silva

**Federações Estaduais de Futebol: Um Estudo Sobre Evidenciação Contábil e Fontes de Receitas**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis.

Florianópolis - SC, 20 de setembro de 2021

---

Prof<sup>a</sup>. Viviane Theiss, Dr<sup>a</sup>.

Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

**Banca Examinadora:**

---

Prof. José Alonso Borba, Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Edilson Paulo, Dr.

Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Fábio Minatto, Ms.

Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

"Com paciência e perseverança, muito se alcança"  
(Theophile Gautier)

## RESUMO

As federações estaduais de futebol possuem grande relevância na realização e no desenvolvimento do futebol brasileiro. Dessa forma, o presente estudo possui como objetivo examinar a evidenciação e as fontes de receitas em federações estaduais de futebol no período entre 2013 e 2020. Para tanto, realizou-se uma análise documental por meio dos relatórios encontrados no website da CBF, onde, tem-se como população as 27 federações estaduais de futebol, e como amostra, àquelas que fizeram a divulgação em cada ano do período analisado, sendo este, de 2013 a 2020. Como resultado, encontrou-se que das 27 federações estaduais de futebol, apenas cinco apresentaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as notas explicativas nos oito anos estudados, enquanto apenas 10 apresentaram relatórios nos oito anos analisados e tiveram auditorias independentes em todos eles. Demonstrando, dessa forma, que as federações estaduais de futebol possuem espaço para evoluções em sua evidenciação contábil. Embora esta tenha apresentado evolução no período, visto que, todas as demonstrações aumentaram sua quantidade de divulgação anual. No que se refere às fontes de receitas, encontrou-se que das 27 federações analisadas, 16 possuem as receitas de repasses, subvenções e doações como sua principal fonte de arrecadação, quatro têm a categoria comercial e direitos de transmissão, três têm as receitas de jogos e arbitragem, outras três possuem as demais receitas, e uma possui as taxas, multas e filiações como categoria de receita mais representativa. Expondo que 59% das federações estaduais de futebol do Brasil dependem de repasses, subvenções e doações, sendo esta, sua principal fonte de receita.

**Palavras-chave:** Federações estaduais de futebol; evidenciação; auditoria; receitas; solvência.

## ABSTRACT

States football federations have great relevance in the realization and development of Brazilian football. Thus, this study aims to examine the disclosure and sources of revenue in states football federations between 2013 and 2020. To achieve the goal, a documentary analysis was carried out through the reports found on the website of the CBF. The sample consists of the 27 states football federations disclosed in each year of the period analyzed, from 2013 to 2020. Results point out that, of the 27 state football federations, only five presented the Balance Sheet, the Income Statement for the Year, the Cash Flow Statement, and the explanatory notes in the eight years studied. Only 10 presented reports in the eight years analyzed and had independent audits in all the reports. These results demonstrate that state football federations have room for evolution in their accounting disclosure. However, this has shown evolution in the period since all statements have increased their annual disclosure amount. Regarding the sources of revenue, of the 27 federations analyzed, 16 have the revenue from transfers, grants, and donations as their primary source of revenue. Only four of them have the commercial category and transmission rights. Just three have the revenue of games and arbitration, another three have the other revenue, and one has the fees, fines, and memberships as the most representative revenue category. The results show that 59% of the state football federations in Brazil depend on transfers, subsidies, and donations, which is their primary source of income.

**Keywords:** States football federations; disclosure; audit; revenues; solvency.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 — Categorias de receitas .....	24
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Composição da amostra .....	22
Tabela 2 — Quantidade de publicações no período (2013-2020).....	26
Tabela 3 — Quantidade de publicações no período por ano (2013-2020).....	28
Tabela 4 — Opiniões e ressalvas no período (2013-2020) .....	29
Tabela 5 — Opiniões e ressalvas no período por ano (2013-2020) .....	32
Tabela 6 — Grupos do Balanço Patrimonial (2013-2020).....	33
Tabela 7 — Quantidade de federações solventes e insolventes .....	35
Tabela 8 — Total de receita por categorias (2013-2020).....	36
Tabela 9 — Estatísticas descritiva de receitas por categorias (2013-2020) .....	37
Tabela 10 — Representatividade das receitas por categorias e federações (2013-2020).....	39
Tabela 11 — Representatividade das receitas por categorias e regiões (2013-2020) .....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC – Ativo Circulante  
AH – Análise Horizontal  
ANC – Ativo Não Circulante  
AT – Ativo Total  
AV – Análise Vertical  
BP – Balanço Patrimonial  
CBF – Confederação Brasileira de Futebol  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis  
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa  
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício  
ET – Exigível Total  
GEG – Grau de Endividamento Global  
IFAB – The International Football Association Board  
LG – Liquidez Geral  
LL – Lucro Líquido  
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade  
NE – Notas Explicativas  
PC – Passivo Circulante  
PIB – Produto Interno Bruto  
PL – Patrimônio Líquido  
PNC – Passivo Não Circulante

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	<b>OBJETIVOS</b> .....	12
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	12
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	13
1.2	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	13
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1	<b>ESTRUTURA DAS FEDERAÇÕES NO BRASIL</b> .....	15
2.2	<b>EVIDENCIAÇÃO</b> .....	16
2.3	<b>AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b> .....	19
3	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	22
4	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	26
4.1	<b>EVIDENCIAÇÃO</b> .....	26
4.2	<b>AUDITORIA</b> .....	29
4.3	<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b> .....	33
4.4	<b>SOLVÊNCIA</b> .....	35
4.5	<b>RECEITAS</b> .....	36
4.6	<b>REPRESENTATIVIDADE RECEITAS</b> .....	39
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é comumente conhecido como o país do futebol. Sendo este um esporte de grande aderência popular, responsável por movimentar diversas faixas etárias, gêneros e classes sociais.

Além de ser uma grande paixão nacional, esse esporte tem sido destaque na economia brasileira (SIQUEIRA, 2011). Pois, de acordo com Ferreira (2011), no futebol, bem como em toda atividade econômica, existe uma cadeia de atividades produtivas que permite que o produto fique pronto e seja vendido ao consumidor, sendo este, em grande parte, o torcedor. Pode-se considerar que o setor esportivo impacte setores de vestuários, artigos e equipamentos, eventos, comunicação, transporte, alimentação, hotelaria, serviços em geral, entre outros. Desse modo, estima-se que a participação do setor esportivo tenha correspondido a 1,6% do PIB nacional em 2012 e 1,9% em 2016. Para mais, estima-se que o futebol, por ser o esporte mais popular do Brasil, tenha representado 53% do PIB do setor esportivo, ou 0,8% do PIB nacional no ano de 2012 (GONÇALVES, 2012).

No Brasil, o futebol é dirigido e controlado pela CBF, no qual a mesma, por meio de seu estatuto, afirma ser a única entidade autorizada a dirigir e controlar o futebol no território brasileiro. Além disso, a CBF também por meio de seu estatuto, afirma ter como suas filiadas as vinte e sete federações estaduais de futebol, sendo essas, responsáveis pela organização do futebol em seus respectivos estados (CBF, 2021).

Na mídia esportiva e na comunicação geral da população, os clubes são costumeiramente mais abordados e comentados no dia a dia. Todavia, estes são filiados às federações estaduais e do Distrito Federal, sendo que no Brasil, essas entidades são responsáveis pelos campeonatos e torneios estaduais, intermunicipais e municipais de caráter obrigatório ou amistoso (CBF, 2021). Além de serem responsáveis "pela organização dos jogos realizados no território de sua jurisdição, todas as obrigações locais de ordem operacional e administrativa necessárias e indispensáveis à logística e à segurança das partidas de futebol" (CBF, 2021, p. 18). Ou seja, as federações são de fundamental importância para a realização e o desenvolvimento do futebol brasileiro.

Nas federações, bem como em qualquer outra entidade, a saúde financeira possui grande importância para sua longevidade e o bom desenvolvimento de suas atividades. De modo que problemas financeiros em federações impactam todo o cenário do futebol brasileiro, inclusive os clubes. A exemplo disso, tem-se a não garantia de pagamento da

premiação do campeonato carioca de 2021, da FERJ, aos clubes, de acordo com a notícia disponibilizada pela TNT Sports, (2021).

Ademais, de acordo com Guevara, Martín e Arcas (2021), as federações esportivas espanholas encontram-se em uma situação financeira delicada, de maneira que, em 2012, apenas quatro das 66 federações esportivas espanholas tiveram um resultado econômico positivo, e que apenas seis tiveram um patrimônio líquido positivo. Enquanto Terrien et al. (2021) afirma que conforme o Comitê Olímpico Nacional da França, em 2020, 80% das federações esportivas da França estavam com dificuldades financeiras. Destacando a importância de análises econômico-financeiras em federações.

Para mais, a avaliação da solvência e da situação econômico-financeira das federações torna-se possível por meio da divulgação de suas demonstrações contábeis. Visto que estas são as principais fontes de informação sobre o patrimônio e a geração de riquezas das entidades e suas respectivas alterações (FILHO; SCHNORRENBURGER, 2016). Portanto, tais divulgações são realizadas conforme a evidenciação contábil, onde, para Iudícibus (2000, apud SILVA, TEIXEIRA e NIYAMA, 2009) a evidenciação, constitui compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário. Assim sendo, evidenciação contábil diz respeito às informações que a entidade torna disponível por meio das demonstrações e relatórios contábeis (COSTA; MARION, 2007).

Diante do exposto, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de evidenciação das federações estaduais de futebol do Brasil e quais são suas fontes de receitas?**

## 1.1 OBJETIVOS

Por meio do problema apresentado, o estudo contém os seguintes objetivos:

### 1.1.1 Objetivo Geral

Examinar a evidenciação e as fontes de receitas em federações estaduais de futebol no período entre 2013 e 2020.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de atingir o objetivo geral, traçou-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar o nível de evidenciação das federações estaduais de futebol.
- b. Identificar as fontes de receitas das federações estaduais de futebol.
- c. Elaborar classificações padrões para as receitas das federações estaduais de futebol.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

As federações estaduais de futebol possuem relevância na realização e no desenvolvimento do futebol brasileiro. Sendo essas, as entidades responsáveis por campeonatos e torneios estaduais e municipais, bem como pela organização dos jogos realizados em sua jurisdição, inclusive a logística e segurança destas partidas (CBF, 2021). No entanto, o desempenho financeiro é um componente vital no desempenho operacional das organizações, de modo que o atingimento dos objetivos destas entidades depende de seu desempenho financeiro (TERRIEN et al., 2021). Ou seja, o desenvolvimento e realização do futebol brasileiro depende, pelo menos em parte, do desempenho financeiro das federações estaduais de futebol.

Dessa forma, a evidenciação contábil possibilita a avaliação da solvência e do desempenho econômico-financeiro das federações por parte dos usuários. De modo que, evidenciação contábil diz respeito às informações que a entidade torna disponível por meio das demonstrações e relatórios contábeis (COSTA; MARION, 2007). Além disso, para Felgueiras da Silva e Azevedo de Carvalho (2009), é função da Contabilidade fornecer informações que evidenciem a situação das federações de futebol e que satisfaçam a expectativa de usuários e investidores na avaliação do desempenho financeiro e operacional desse tipo de organização. Pois a contabilidade como ciência social, estuda o patrimônio das entidades, suas variações, bem como analisa a produção e divulgação das informações sobre essas variações. IUDÍCIBUS (2004, apud HOLANDA et al., 2012, p. 4). Justificando o estudo da evidenciação contábil das federações estaduais de futebol brasileiras.

Ademais, no Brasil, a literatura sobre receitas em federações estaduais de futebol é escassa. Na qual, conforme Assaf Neto (2015), receita refere-se ao valor total das vendas e/ou serviços prestados pela entidade, no exercício social considerado. Ou seja, as receitas são de

grande importância para a solvência e para o desenvolvimento das federações estaduais de futebol.

Além disso, de acordo com Guevara, Martín e Arcas (2021), as organizações esportivas se caracterizam por terem recursos financeiros escassos, possuindo forte dependência de contribuições públicas. De forma que a redução de subsídios pode afetar o desempenho organizacional das mesmas. Terrien et al. (2021), complementa que a maioria das federações, olímpicas ou não, possuem dependências das receitas de taxas e filiações, e que estas devem desenvolver outras fontes de receitas, de forma a reduzir sua vulnerabilidade financeira.

Dessa forma, o presente estudo busca abordar o panorama da evidenciação contábil das federações estaduais de futebol, denotando quais demonstrações contábeis e demais relatórios as mesmas divulgam. Além de abordar o panorama das fontes de receitas das federações estaduais de futebol brasileiras, evidenciando como estas entidades se financiam e quais são as suas principais fontes de receitas.

Nesse sentido, o estudo busca corroborar com a incipiente discussão quanto à evidenciação contábil e às fontes de receitas em federações estaduais de futebol. Além de contribuir para a literatura das áreas de contabilidade e finanças que estuda a gestão em entidades esportivas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESTRUTURA DAS FEDERAÇÕES NO BRASIL

O futebol no Brasil é tido como uma paixão nacional, de forma a movimentar variadas idades e classes sociais, sendo um meio de lazer, consumo e entretenimento para a população brasileira. Além de movimentar expressivos valores monetários e, conseqüentemente, a economia brasileira. (HOLANDA et al., 2012).

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), por meio do Art. 5º, § 1º de seu estatuto, estabelece que ela "é a única entidade brasileira autorizada, de forma exclusiva, a dirigir e controlar o futebol no território brasileiro", em que, Confederação Brasileira de Futebol, também intitulada pela sigla CBF, se trata de uma associação desportiva, de direito privado, com organização e funcionamento autônomos. Tendo como um de seus objetivos a direção, organização e ordenação de todos os assuntos e questões relacionadas ao futebol no Brasil. Além disso, a prática do futebol é regulada pelas normas nacionais, internacionais e pelas regras de jogo aprovadas pelo The International Football Association Board – IFAB, sendo este, o único organismo autorizado a elaborar e modificar as regras de jogo. (CBF, 2021).

Ademais, a CBF (2021) estabelece às filiadas, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato inerente à organização, funcionamento e disciplina das atividades de futebol que estas promovem ou participam. De modo que, filiada "é a entidade dirigente estadual do futebol admitida pela Assembleia Geral como membro da CBF" (CBF, 2021, p. 6). Dessa forma, por meio do Art.14 de seu estatuto, a CBF estabelece que:

Art.14 – A CBF tem como suas filiadas as 27 (vinte e sete) entidades regionais de administração do futebol reconhecidas como exclusivas entidades dirigentes do futebol, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, com responsabilidade de organizar e supervisionar o futebol em todas as suas formas, nos respectivos territórios. (CBF, 2021, p. 15).

Destarte, conforme Art.17º de seu estatuto, a CBF reconhece as federações como únicas entidades de administração e direção do futebol do respectivo estado. Dessa forma, elas também congregam todas as entidades que administram o futebol não profissional em âmbito municipal, além das entidades de prática desportiva praticantes do futebol profissional dentro do respectivo estado (CBF, 2021).

Para mais, as federações possuem como um de seus objetivos, a promoção de campeonatos e torneios em âmbito estadual, intermunicipal e municipal, de caráter amistoso ou obrigatório, desde que estes sejam dentro de sua jurisdição e sigam as datas constantes no calendário anual do futebol brasileiro (CBF, 2021). Cumprindo como entidades de papel relevante para o futebol brasileiro, pois estas são responsáveis também "pela organização dos jogos realizados no território de sua jurisdição, todas as obrigações locais de ordem operacional e administrativa necessárias e indispensáveis à logística e à segurança das partidas de futebol" (CBF, 2021, p. 18). Ou seja, as federações possuem grande responsabilidade no funcionamento e desenvolvimento do futebol brasileiro.

Além disso, tem-se a filiação dos clubes à federação de seu respectivo estado, de forma que, os clubes são "entidades de prática desportiva filiadas às Federações estaduais e do Distrito Federal, e transitoriamente, partícipes do colégio eleitoral da CBF se disputantes da Primeira e Segunda Divisões do Campeonato Brasileiro Masculino de Futebol" (CBF, 2021, p. 6). Tendo como uma de suas obrigações previstas em estatuto, o pagamento de anuidades, contribuições, multas, emolumentos e porcentagens fixados nas leis e regulamentos (FPF, 2018).

## 2.2 EVIDENCIAÇÃO

A contabilidade tem como principal objetivo o fornecimento de informações econômicas relevantes para os diversos usuários, de modo a possibilitar a cada usuário a tomada de decisão racional e segura (IUDÍCIBUS, 2010). Dentre os usuários, destacam-se o governo, os investidores, os analistas e os gestores, que, em geral, buscam informações distintas ou não, para atender às suas necessidades, que nem sempre são comuns (HOLANDA et al., 2012).

As informações supracitadas são disponibilizadas por meio da evidenciação contábil, que, de acordo com o dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis, a palavra "evidenciar" possui como significado "tornar(-se) evidente e claro". Dessa forma, ainda que a evidenciação se refira ao conjunto das demonstrações contábeis, diversas maneiras de fazê-la estão disponíveis. Sendo por meio da forma e apresentação das demonstrações contábeis, das informações entre parênteses, das notas explicativas, dos quadros e demonstrativos suplementares, dos comentários do auditor, e por meio do relatório da administração (IUDÍCIBUS, 2010).

As demonstrações contábeis têm como objetivo, fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta, de forma a possibilitar avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade (CPC 00 (R2), 2019). A forma e apresentação das demonstrações contábeis, devem conter a maior quantidade de evidenciação. De modo que, a colocação das referidas demonstrações em uma forma ou ordem que melhore o entendimento do usuário, ajuda a melhorar a evidência (IUDÍCIBUS, 2010). Além disso, todas as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. Sendo relevantes apenas se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. Portanto, as não relevantes não devem ser divulgadas (OCPC 07, 2014). Afinal, o "sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente" (IUDÍCIBUS, 2010).

As informações entre parênteses fazem referência a informações dentro do corpo dos demonstrativos contábeis, com maiores esclarecimentos sobre um título de um grupo ou critério de avaliação, podendo estes, serem feitos entre parênteses. Enquanto as notas explicativas, tem como objetivo, evidenciar informações qualitativas e quantitativas relativas aos instrumentos financeiros, e que não podem ser apresentadas no corpo dos demonstrativos contábeis (IUDÍCIBUS, 2010).

A forma de evidenciação por meio de demonstrativos e quadros suplementares, no Brasil, é contida nas próprias notas explicativas. De modo que, nos quadros suplementares apresentam-se detalhes de itens constantes dos demonstrativos tradicionais e que não seriam cabíveis nos mesmos. Enquanto os demonstrativos suplementares podem ser utilizados para apresentar os demonstrativos contábeis sob outra perspectiva de avaliação (IUDÍCIBUS, 2010).

Já os comentários do auditor independente, para Iudícibus (2010), servem como uma fonte adicional de evidenciação, onde, de acordo com Assaf Neto (2015), estes refletem se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação econômico-financeira da entidade, se há uniformidade com relação aos demonstrativos financeiros de exercícios anteriores e se os princípios contábeis foram seguidos. Além de atribuir credibilidade às informações prestadas pela entidade, valorizando a qualidade da informação contábil. Para mais, uma maior atuação da auditoria torna os negócios mais seguros, com redução de riscos e inadimplências, com contribuições na diminuição de corrupção e sonegação de impostos.

Além de contribuir para a melhoria do grau de atratividade de capitais, de investimentos internacionais e para a competitividade das entidades (IUDÍCIBUS et al., 2010).

O relatório de administração evidencia os negócios sociais e os principais fatos ocorridos, por meio de informações de caráter não financeiro que afetam a operação da entidade. Essas evidenciações são de relativa importância, por apresentarem indícios de políticas da empresa (IUDÍCIBUS, 2010). Porquanto, esse elemento de evidenciação, de natureza fundamentalmente descritiva, possibilita à entidade utilizar uma linguagem menos técnica, atingindo, portanto, maior número de usuários (FELGUEIRAS DA SILVA; AZEVEDO DE CARVALHO, 2009).

Destarte, evidenciação consiste em um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos. De modo que, suas formas podem variar, mas a essência se mantém, apresentando informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, a fim de proporcionar uma base adequada de informação para o usuário. Todavia, a ocultação ou fornecimento de informação demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso (IUDÍCIBUS, 2010).

A legislação brasileira, por meio da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), alterada pela Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011, tornou obrigatória a elaboração e publicação das demonstrações contábeis auditadas das "entidades desportivas profissionais, ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada". Estabelecendo que elas devem:

Art. 46-A- I - Elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas a auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva. (Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011)

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 10.13 através da Resolução n. 1.005, de 17 de setembro de 2004, tratando dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. Estabelecendo critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros contábeis e de

estruturação das demonstrações, aplicando-se às entidades de futebol profissional, bem como às confederações, federações, entre outras.

Além disso, esta norma aborda a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.

No que tange às notas explicativas, a NBC T 10.13 estabelece que as demonstrações contábeis devem "ser complementadas por notas explicativas elaboradas de acordo com a NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis e as respectivas interpretações técnicas, além das específicas da atividade" tais como:

- a) gastos com a formação de atletas, registrados no ativo imobilizado e montante baixado para o resultado no exercício;
- b) composição dos direitos sobre os atletas profissionais, registrados no ativo imobilizado com a segregação do valor correspondente a custo e amortização e prazo médio remanescente a amortizar;
- c) receitas obtidas e seu correspondente custo de aquisição com a negociação e a liberação de atletas profissionais, segregados os valores das negociações com o mercado externo;
- d) valores em moeda estrangeira de direitos e obrigações com o mercado externo;
- e) composição do valor das receitas, custos e despesas relevantes por tipos, desde que não-evidenciadas na demonstração de resultado;
- f) direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional;
- g) contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas; e
- h) seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade. (NBC T 10.13, p.6)

## 2.3 AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O objetivo da contabilidade é o de fornecer informações sobre o desempenho e resultados de uma entidade, bem como sobre sua estrutura patrimonial. Dessa forma, a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas entidades, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras (ASSAF NETO, 2015). Onde, análise econômica refere-se ao estudo da capacidade de formação de lucros (retorno) da entidade, em relação aos recursos investidos em seu patrimônio, considerando os riscos envolvidos. Enquanto a análise financeira estuda as condições de liquidez e solvência da entidade por meio do exame das condições desta em

saldar seus compromissos e dos riscos associados a essas operações. SILVA (1997, apud PLATT NETO, 2018).

De acordo com Assaf Neto (2015), para que seja possível a análise de balanços das entidades, é preciso que estas elaborem e publiquem seus relatórios financeiros de forma periódica. No qual, entende-se como relatórios financeiros todas as demonstrações contábeis elaboradas pela entidade, que servirão de fonte de informações para a análise econômico-financeira.

Dessa forma, para contribuir na formação de uma rotina metodológica, Assaf Neto (2015) propõe um esquema básico de avaliação. De modo a fazer uma análise da entidade considerando o setor em que ela pertence, uma análise vertical e horizontal, análise da liquidez, análise do endividamento, análise de rentabilidade e lucratividade, e uma análise de valor. Onde, conforme Platt Neto (2018), as análises de estrutura de capital e de endividamento são contempladas pela análise financeira, enquanto a análise econômica contempla as análises de rentabilidade e lucratividade.

As análises vertical e horizontal têm por objetivo medir a composição, a evolução e as expressividades das contas de ativos, passivos, e de resultado (PLATT NETO, 2018). Por meio da análise vertical (AV) mede-se a participação relativa de cada valor em relação a um total. Enquanto a análise horizontal (AH) destaca a evolução dos valores ao longo do tempo (ASSAF NETO, 2015).

De acordo com Assaf Neto (2015), o estudo da liquidez tem como objetivo o conhecimento da capacidade de pagamento da entidade. Isto é, a capacidade da entidade em satisfazer suas obrigações atuais, com disponibilidades de caixa no futuro próximo, após considerar os compromissos de curto prazo (PLATT NETO, 2018).

A análise do endividamento examina a proporção de recursos próprios e de terceiros mantidos pela entidade, sua dependência financeira por obrigações de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e seu risco financeiro (ASSAF NETO, 2015). Nesse contexto, Platt Neto (2018) complementa que esta análise mede a expressividade das dívidas perante ao ativo e outras variáveis, como receitas e EBITDA.

Conforme Assaf Neto (2015), a análise de rentabilidade e lucratividade se trata de uma avaliação econômica do desempenho da entidade, mensurando tanto o retorno sobre os investimentos realizados, quanto a lucratividade apresentada pelas vendas. Assim, a rentabilidade denota a relação entre o lucro ou prejuízo e o patrimônio, enquanto a lucratividade aborda a relação entre o lucro ou prejuízo e a receita (PLATT NETO, 2018).

A análise de valor avalia a capacidade da empresa em gerar não somente lucro líquido, mas também valor econômico aos acionistas. Desse modo, utiliza-se métricas de valor aplicadas às demonstrações contábeis, identificando a riqueza econômica agregada (ASSAF NETO, 2015).

Destarte, por mais que cada item do esquema proposto de análise proporcione entendimentos específicos, deve-se apresentar, por fim, uma conclusão desenvolvendo detalhadamente a efetiva situação econômico-financeira da entidade e suas perspectivas de desempenho (ASSAF NETO, 2015).

Ressalta-se, que as etapas do esquema proposto são realizadas com o auxílio de indicadores econômico-financeiros, de modo que estes, visam relacionar elementos afins dos demonstrativos financeiros de forma a melhor extrair conclusões quanto à situação da entidade. Existem diversos índices úteis para o processo de análise, sendo metodologicamente classificados nos seguintes grupos: liquidez, operacional, rentabilidade, endividamento e estrutura, análise de ações e geração de valor (ASSAF NETO, 2015).



Fed.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RO	x	x	x	x	x	x	x	x
RR	x	-	x	-	x	x	x	x
RS	x	x	x	x	x	x	x	x
SC	x	x	x	x	x	x	x	x
SE	-	x	x	x	x	x	x	x
SP	x	x	x	x	x	x	x	x
TO	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: O autor (2021), nota: “x” significa que houve publicação e “-” que não.

Por meio do exposto, constata-se, que durante o intervalo de estudo, fora analisado a evidenciação, auditoria independente, grupos do Balanço Patrimonial, solvência e as receitas das federações supracitadas.

Para a análise da evidenciação, primeiramente, observou-se a divulgação do relatório em cada ano, para cada federação. Posteriormente, fora analisado se o relatório continha Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, notas explicativas e auditoria independente.

No quesito auditoria, foi observado se as demonstrações foram auditadas por auditores independentes, se os pareceres continham opiniões e se as opiniões continham ressalvas. Ademais, fora examinado se os documentos apresentavam a informação de quem foi a empresa ou auditor independente responsável pela auditoria. Ressalta-se, a não observação da existência de ênfases e demais opiniões modificadas presentes nos pareceres. Em que, para o estudo, considerou-se como opinião modificada, apenas aquelas que continham ressalvas.

Para analisar o balanço patrimonial, foram registrados durante os anos analisados, os valores totais do ativo circulante, ativo não circulante, ativo total, passivo circulante, passivo não circulante, exigível total e patrimônio líquido. Por conseguinte, encontrou-se o valor médio de cada grupo supramencionado, por ano, bem como, por federação. Além disso, calculou-se de maneira anual, os indicadores financeiros liquidez geral e grau de endividamento global, de modo a examinar a capacidade de pagamento, como também, o grau de endividamento de cada federação.

No que se refere à solvência, considerou-se como solventes àquelas que apresentaram valores positivos no patrimônio líquido, e como insolventes, às que possuíam passivo a

descoberto. A análise fora realizada anualmente, de modo a examinar a quantidade de federações solventes e insolventes em cada ano, além de observar a evolução do período.

Para examinar quais são as principais fontes de receitas das federações, investigou-se as Demonstrações do Resultado do Exercício disponíveis no período, e por meio disso, constatou-se a falta de padronização nas classificações das receitas utilizadas pelas federações. Dessa forma, para possibilitar a análise, criou-se categorias de receitas padrões, com o objetivo de agrupar as distintas classificações encontradas, nas categorias padrões criados pelo autor. O quadro 1 evidencia as categorias criadas, bem como, algumas das classificações que foram agrupadas em cada uma delas.

Quadro 1 — Categorias de receitas

Categorias	Descrição	5 exemplos
Jogos e arbitragem	Receitas decorrentes de participações em rendas de jogos, treinamentos de arbitragem e demais atividades relacionadas.	Receitas de jogos - Borderôs; Bilheteria/Renda de jogos; Receita com campeonatos; Receita com arbitragem; Curso de arbitragem.
Taxas, multas e filiações	Refere-se às taxas de transferência de um atleta para outro estado ou taxas de rescisão e recadastramento para transferências em clubes distintos de um mesmo estado. Como também taxas de recadastramento de clubes junto à federação para participações em campeonatos. Enquanto as multas referem-se a multas aplicadas aos clubes por diversos motivos.	Receitas do TJD; Receitas de transações esportivas; Taxas de registros e emissão de certidão/alvará; Anuidade e mensalidades de clubes; Receita taxas diversas.
Comercial e direitos de transmissão	Receitas relacionadas a patrocínios, publicidade, direitos de transmissão e atividades afins.	Patrocínio/Publicidade; Convênios; Comerciais; Aluguéis de placas; Receita direito de televisionamento.
Repasses, subvenções e doações	Valores recebidos pelas federações com o objetivo de assistência financeira.	Repasso da CBF; Repasses de manutenção; Subvenções e doações; Programas de auxílios financeiros; Ajuda financeira.
Receitas financeiras	Receitas provenientes de rendimentos financeiros, descontos obtidos e demais atividades relacionadas.	Rendimentos de aplicações; Receita de aplicação financeira; Rendimentos financeiros; Resgate de depósito à prazo; Descontos obtidos.

Categorias	Descrição	5 exemplos
Demais receitas	Receitas divulgadas por meio de classificações amplas e não explicadas em notas explicativas. Além de reversões e demais receitas específicas de cada federação.	Receitas operacionais; Serviços prestados; Receitas técnicas de futebol; Receitas externas; Reversões e demais receitas específicas.

Fonte: O autor (2021), nota: descrições baseadas nas notas explicativas das federações estaduais de futebol.

Ressalta-se, que a criação das categorias fora de acordo com o nível de detalhamento apresentado pelas federações, em que, algumas receitas são classificadas de maneira conjunta na Demonstração do Resultado do Exercício e não são detalhadas em notas explicativas.

Após a definição das categorias, registrou-se os totais das classificações em cada ano, por federação. De modo a examinar a média total de cada categoria, bem como, a representatividade de cada grupo perante o total das receitas. Ademais, agrupou-se as federações por regiões geográficas, de forma a analisar a representatividade de cada categoria perante as federações de uma mesma região.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 EVIDENCIAÇÃO

Na tabela 2 apresenta-se o total de divulgações das demonstrações contábeis de cada federação, durante os anos de 2013 a 2020, em que, conseqüentemente, o máximo de relatórios do período são oito, sendo um relatório por ano.

Tabela 2 — Quantidade de publicações no período (2013-2020)

Fed.	Relatórios	BP	DRE	DFC	Notas	Média de páginas
AC	8	8	8	3	0	7
AL	8	7	6	6	6	10
AM	6	5	5	1	3	11
AP	6	2	2	2	1	7
BA	8	8	8	8	4	1
CE	8	8	8	6	8	10
DF	8	8	4	1	0	3
ES	8	8	8	8	6	16
GO	8	8	8	8	7	2
MA	8	8	8	0	8	2
MG	8	8	8	8	8	1
MS	8	5	8	5	0	10
MT	6	6	6	2	6	9
PA	6	6	6	6	6	11
PB	7	6	5	6	5	2
PE	7	7	7	7	1	7
PI	8	7	8	0	7	12
PR	8	8	8	8	8	26
RJ	8	8	8	8	8	21
RN	8	7	6	4	5	17
RO	8	8	8	8	8	19

Fed.	Relatórios	BP	DRE	DFC	Notas	Média de páginas
RR	6	0	0	0	0	2
RS	8	8	8	5	5	10
SC	8	8	8	7	8	15
SE	7	7	7	2	6	9
SP	8	8	8	8	8	1
TO	8	8	8	3	0	7

Fonte: O autor (2021).

Observa-se que das 27 federações analisadas apenas cinco apresentaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as notas explicativas nos oito anos estudados, sendo elas, as federações de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. Por outro lado, as cinco federações que menos abordaram as respectivas demonstrações em seus relatórios, foram as de Roraima, Amapá, Distrito Federal, Amazonas e Mato Grosso do Sul.

Ao examinar a quantidade de divulgação para cada demonstração, tem-se a do Balanço Patrimonial e do Resultado do Exercício como as mais divulgadas, respectivamente, e a do Fluxo de Caixa e notas explicativas como as menos presentes nos relatórios divulgados, nesta ordem. Entretanto, além da ausência de divulgação, ressalta-se a baixa qualidade do material divulgado em algumas federações, em que, muitas vezes, trata-se de arquivos mal digitalizados. Ademais, tem-se a falta de padronização entre os relatórios e demonstrações contábeis, de modo que, no período analisado, foram encontradas demonstrações com distintos detalhamentos, formatos e classificações.

Com relação às demonstrações, o fato das notas explicativas serem as menos divulgadas é uma limitação, visto que elas contêm informações complementares àquelas apresentadas nas demonstrações supramencionadas, trazendo descrições detalhadas de itens que alteram o patrimônio destas entidades e, dessa forma, tendo fundamental importância no entendimento das demonstrações e, conseqüentemente, do patrimônio das federações.

Além disso, por mais que haja relatórios apresentando as NE, em diversos casos, elas não apresentam o nível de detalhamento ideal para que o usuário externo faça bom entendimento das contas presentes nas demonstrações destas entidades, especialmente pelo

fato de que parte delas realizam as divulgações se fazendo de níveis de classificações mínimos.

Em paralelo à quantidade de divulgações, foi analisado a quantidade média de páginas por relatório apresentado. E como é possível analisar na última coluna à direita, não há um número de páginas padrão para a apresentação de todas as demonstrações contábeis em um relatório, visto que, das que apresentaram todas as demonstrações, a federação de Minas Gerais e São Paulo contém uma página em média, a de Paraná 26 páginas e a de Rio de Janeiro, 21 páginas.

Ressalta-se que os relatórios com uma página em média, apresentam formatos de divulgações em jornais, e por mais que tenham apenas uma página, apresentam demonstrações e informações completas, inclusive em notas explicativas. Com exceção da federação da Bahia, pois esta interrompeu a divulgação das NE junto ao seu relatório a partir de 2017, deixando em seu lugar apenas a menção de que tais notas estão disponíveis na sede física da federação, dificultando o acesso aos usuários e não apresentando justificativa plausível para tal omissão no relatório divulgado.

A tabela 3 aborda a relação de divulgações anuais, sendo 27 o total de relatórios possíveis em cada ano.

Tabela 3 — Quantidade de publicações no período por ano (2013-2020)

Ano	Relatórios	BP	DRE	DFC	Notas	Média de páginas
2013	24	20	21	12	12	6
2014	25	23	22	13	15	8
2015	26	22	22	15	16	8
2016	25	24	22	14	18	9
2017	26	24	24	17	18	9
2018	27	25	24	19	18	10
2019	24	22	23	19	17	11
2020	26	25	24	21	18	13

Fonte: O autor (2021).

Nota-se que apenas em 2018 todas as federações disponibilizaram relatórios. E que o máximo de publicações de uma demonstração em um ano, foi de 25, sendo o Balanço Patrimonial, nos anos de 2018 e 2020. Onde as duas federações que não fizeram a divulgação

dessa demonstração nos anos supramencionados, foram as federações do Amapá e de Roraima em 2018, e em 2020, as federações de Roraima e de Amazonas. De modo que a federação de Amazonas também não publicou o relatório neste último ano.

Porém, analisando em um parâmetro geral, a evidenciação apresentou evolução durante o período, pois de 2013 para 2020, todas as demonstrações aumentaram sua divulgação, onde o Balanço Patrimonial foi de 20 publicações para 25, a Demonstração do Resultado do Exercício de 21 para 24, a Demonstração do Fluxo de Caixa de 12 para 21 e as notas explicativas de 12 para 18. Com destaque para a Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo a demonstração com maior evolução no período.

Além disso, fora analisado a quantidade média de páginas por divulgação, e como resultado, temos que os relatórios estão ficando mais extensos conforme o passar dos anos, apresentando um aumento paralelo ao da evidenciação.

## 4.2 AUDITORIA

A tabela 4 aborda o total de relatórios auditados, não auditados e relata se houve opiniões modificadas ou não durante o período estudado. Fora analisado a existência de auditoria independente nos relatórios divulgados pelas federações no site da CBF, podendo existir também, auditorias externas em federações que não fizeram as divulgações de seus relatórios.

Tabela 4 — Opiniões e ressalvas no período (2013-2020)

Fed.	Relatórios		Opinião	
	Não auditados	Auditados	Não modificada	Modificada
AC	7	1	100%	0%
AL	5	3	33%	67%
AM	3	3	67%	33%
AP	6	0	-	-
BA	0	8	13%	88%
CE	0	8	88%	13%
DF	8	0	-	-
ES	4	4	100%	0%

Fed.	Relatórios		Opinião	
	Não auditados	Auditados	Não modificada	Modificada
GO	0	8	100%	0%
MA	2	6	100%	0%
MG	0	8	88%	13%
MS	0	8	100%	0%
MT	0	6	100%	0%
PA	0	6	83%	17%
PB	1	6	100%	0%
PE	2	5	80%	20%
PI	1	7	100%	0%
PR	1	7	29%	71%
RJ	0	8	0%	100%
RN	0	8	75%	25%
RO	0	8	100%	0%
RR	4	2	100%	0%
RS	6	2	50%	50%
SC	1	7	71%	29%
SE	7	0	-	-
SP	0	8	100%	0%
TO	0	8	100%	0%

Fonte: O autor (2021).

Percebe-se, que das 27 federações estudadas, 10 apresentaram relatórios nos oito anos analisados e tiveram auditorias independentes em todos eles, sendo estas, as federações da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo e Tocantins.

Outras quatro federações tiveram todas as suas publicações auditadas, porém, não apresentaram relatórios em todos os anos examinados, assim sendo, as de Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso e Pará.

Por outro lado, as federações que não tiveram nenhum de seus relatórios auditados por auditores independentes foram as de Amapá, Distrito Federal e Sergipe.

Nas colunas referentes às opiniões, temos a relação entre a quantidade de relatórios que foram auditados e as opiniões apresentadas pelos auditores independentes em seus pareceres. Considerando-se como opinião modificada, apenas aquelas que apresentaram ressalvas. Sendo essas, aquelas apresentadas quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, mas não generalizadas, ou quando há impossibilidade de se obter evidências de auditoria apropriada e suficiente (ATTIE, 2018).

Com isso, observa-se que das 10 federações que tiveram seus relatórios divulgados em todos os anos estudados, apenas as de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins não tiveram ressalvas em suas demonstrações. Enquanto a federação do Rio de Janeiro apresentou ressalvas em 100% de seus relatórios, da Bahia 88%, do Rio Grande do Norte 25%, do Ceará e Minas Gerais 13%. Com destaque para as federações carioca e baiana, que tiveram ressalvas em 100% e 88% de seus relatórios, respectivamente. Sendo que a do Rio de Janeiro possui ressalvas referentes a reconhecimentos contábeis do ativo imobilizado, em todos os anos analisados, indicando que a respectiva federação não busca a melhoria desse quesito com o passar dos anos, mesmo com a ressalva da auditoria independente. Enquanto a da Bahia possui ressalvas referentes a reconhecimentos de contingências entre os anos de 2013 e 2016, e nos relatórios dos anos de 2017 a 2020, os conteúdos referentes à base para opinião com ressalva não foram divulgados, apresentando uma piora na transparência.

Destacam-se também, a federação do Paraná, com sete divulgações auditadas, das oito possíveis, e com ressalvas em 71% de seus relatórios. A federação de Alagoas, contendo três divulgações auditadas, sendo que 67% delas contiveram ressalvas. E a federação do Rio Grande do Sul, onde, esta teve suas demonstrações auditadas por auditores independentes em apenas dois anos entre 2013 e 2020, sendo que em 50% delas, constaram-se ressalvas.

Em relação às empresas de auditorias independentes presentes nos relatórios entre os oito anos estudados, ressalta-se a ausência das empresas que compõe o grupo das Big Four<sup>1</sup>, sendo elas, a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, a PricewaterhouseCoopers, a Ernst & Young Global Limited e a KPMG International Limited. Além disso, consta-se a baixa variabilidade de empresas de auditoria independente utilizadas por cada federação durante o período analisado.

---

<sup>1</sup>Big Four é uma nomenclatura que faz referência às quatro principais e mais reconhecidas empresas de auditoria e consultoria do planeta.

A tabela 5 apresenta a relação de divulgações auditadas, não auditadas e relata se apresentaram opiniões modificadas ou não, de maneira agregada por ano, durante o período de 2013 a 2020.

Tabela 5 — Opiniões e ressalvas no período por ano (2013-2020)

Ano	Relatórios		Opinião	
	Não auditados	Auditados	Não modificada	Modificada
2013	8	16	69%	31%
2014	6	19	79%	21%
2015	9	17	71%	29%
2016	7	18	89%	11%
2017	9	17	82%	18%
2018	9	18	78%	22%
2019	5	19	84%	16%
2020	5	21	71%	29%
Média	7	18	78%	22%

Fonte: O autor (2021).

Em 2013, apenas 16 das 27 federações existentes tiveram seus relatórios auditados, e apesar da variação constatada durante o período analisado, em 2020, as divulgações auditadas totalizaram 21, apresentando uma evolução. Entretanto, a média encontrada no intervalo estudado foi de 18 relatórios auditados e de sete não auditados por ano.

Em relação às opiniões dos auditores independentes, temos 2013 como o ano com maior número de ressalvas, em que, esta fora constatada em 31% dos relatórios divulgados no ano. Por outro lado, 2016 conteve ressalvas em 11% de seus relatórios, sendo este, o ano em que menos ressalvas foram apresentadas. Além disso, constata-se que entre 2013 e 2020, em média, 78% dos relatórios auditados apresentaram opiniões não modificadas, enquanto os outros 22% tiveram opiniões modificadas em seus pareceres.

### 4.3 BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela 6 apresenta os valores médios totais dos resultados líquidos e dos grupos que compõe o Balanço Patrimonial de cada federação. Bem como, os índices de liquidez geral e do grau de endividamento global dessas entidades.

Tabela 6 — Grupos do Balanço Patrimonial (2013-2020)

Fed.	AC	ANC	PC	PNC	PL	LL	LG	GEG
AC	193.723	3.710.386	38.310	0	3.845.496	344.602	6,29	1%
AL	288.535	3.031.743	6.759.721	66.335	(3.505.779)	(333.336)	0,04	577%
AM	215.658	331.582	371.391	93.876	81.974	30.457	0,58	83%
AP	69	397.480	741.673	0	(344.124)	(68.737)	0,00	187%
BA	2.689.788	251.154	2.866.359	931.077	(818.994)	(260.221)	0,74	132%
CE	266.812	181.573	332.113	1.845.556	(1.729.284)	3.430	0,13	548%
DF	922.056	3.086.844	873.911	1.075.221	1.797.852	(141.044)	0,51	49%
ES	395.166	80.583	224.145	382.158	(130.554)	81.391	0,95	128%
GO	1.640.807	843.606	1.374.155	2.970.233	(1.859.975)	341.177	0,37	186%
MA	174.422	1.061.182	221.253	186.598	827.753	70.935	0,48	33%
MG	4.278.720	606.064	4.533.299	13.762.525	(13.411.039)	292.661	0,25	409%
MS	13.396	73.349	72.961	542.340	(528.556)	(11.017)	0,02	944%
MT	452.401	265.334	753.294	0	16.584	97.493	0,60	120%
PA	636.344	692.169	417.502	436.380	474.630	(579)	0,76	79%
PB	1.743.778	303.009	169.078	1.367.534	510.142	156.565	1,19	59%
PE	9.917.326	5.508.390	862.659	0	14.563.057	1.529.587	15,60	8%
PI	86.982	1.109.600	85.534	0	1.111.035	(30.508)	1,36	7%
PR	10.159.852	14.811.001	769.028	12.265.539	11.936.286	626.749	0,98	51%
RJ	33.243.756	39.501.018	35.540.610	26.198.341	11.005.824	1.655.374	0,55	85%
RN	267.797	285.767	81.015	397.276	75.273	99.930	0,71	89%
RO	428.914	191.835	163.140	2.885	454.792	40.932	2,72	27%
RR	-	-	-	-	-	69.579	-	-
RS	10.488.269	17.236.731	5.540.743	10.137.653	12.046.604	(205.791)	0,80	56%

Fed.	AC	ANC	PC	PNC	PL	LL	LG	GEG
SC	629.590	2.231.074	1.057.220	2.014.732	(211.287)	26.011	0,20	107%
SE	495.894	92.172	291.657	0	296.409	(150.018)	70,34	50%
SP	49.655.375	17.506.750	17.506.500	18.255.125	31.400.500	845.418	1,49	50%
TO	106.504	127.719	246.098	98.142	(110.017)	(68.507)	0,45	155%

Fonte: O autor (2021).

Observa-se que no ativo total tem-se como destaques as federações do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul. No qual, a primeira apresentou o maior valor médio do grupo, sendo, de R\$72.744.774, e a segunda, o menor valor dentre as federações analisadas, sendo, de R\$86.746. Já analisando os grupos que compõe o ativo, as federações de São Paulo e do Amapá possuem o maior e menor valor médio apresentado, sendo esses, de R\$49.655.375 e R\$69, respectivamente. Enquanto no não circulante, o maior e menor montante são apresentados pelas federações do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul, com R\$39.501.018 e R\$73.349, respectivamente.

Por outro lado, no exigível, tem-se a federação do Rio de Janeiro e Acre como máximo e mínimo no exigível total e no exigível circulante, com R\$61.738.951 para a primeira e R\$38.310 para a segunda no exigível total, e R\$35.540.610 e R\$38.310 no circulante. Já para o exigível não circulante, o valor máximo também pertence à federação do Rio de Janeiro, com R\$26.198.341, enquanto as federações com os valores mínimos apresentados, são aquelas que não apresentaram valores neste grupo em seus Balanços Patrimoniais, sendo essas, as federações do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Se tratando do patrimônio líquido, por mais que a federação do Rio de Janeiro apresente o maior superavit médio, é a federação de São Paulo que possui o maior patrimônio líquido, com R\$26.198.341. Enquanto o menor valor de patrimônio líquido pertence à federação de Minas Gerais, com um passivo a descoberto de R\$13.411.039.

Ademais, fora analisado a liquidez geral, a fim de observar a condição de pagamento das federações estudadas, através da relação entre o ativo circulante e as obrigações que já foram assumidas. Ressalta-se, que os ativos realizáveis a longo prazo não foram considerados no cálculo, pelo fato de poucas federações o classificarem em seus balanços. Como resultado, tem-se que das 27 federações, apenas sete apresentaram uma liquidez geral acima de um, ou seja, seus ativos conversíveis em dinheiro são suficientes para saldar todas as suas obrigações.

Como complemento, observou-se o grau de endividamento global. Em que, este índice permite perceber quanto dos ativos é proveniente de capitais de terceiros. Indicando, portanto, o grau de comprometimento do ativo com as dívidas existentes na data do Balanço (PLATT NETO, 2018). Como resultado, constata-se que, das 27 federações estudadas, 11 apresentaram um índice superior a 100%, ou seja, deve-se mais do que tem-se de ativos. Sendo elas, as federações de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Tocantins.

#### 4.4 SOLVÊNCIA

A tabela 7 aborda a quantidade total de federações solventes, insolventes e que não divulgaram o valor do patrimônio líquido, em cada ano do período analisado. Onde, considera-se como insolvente, aquelas que possuem passivo a descoberto em seus Balanços Patrimoniais.

Tabela 7 — Quantidade de federações solventes e insolventes

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Solvente	14	15	14	14	14	14	12	15
Insolvente	6	8	8	10	10	11	10	10
-	7	4	5	3	3	2	5	2
Total	27	27	27	27	27	27	27	27

Fonte: O autor (2021).

Destaca-se, a baixa evolução na quantidade de federações solventes entre 2013 e 2020, em que, 14 federações estavam solventes no primeiro ano e 15 no último.

Por outro lado, o número de federações insolventes apresentou maior evolução no período analisado, com seis entidades insolventes em 2013, e 10 insolventes em 2020. Nota-se também, que a quantidade de federações insolventes aumenta, conforme o número de federações que não divulgaram os valores do patrimônio líquido diminui, indicando que possivelmente, as entidades que não divulgam os valores do patrimônio líquido encontram-se com passivo a descoberto.

## 4.5 RECEITAS

A tabela 8 apresenta os valores médios das fontes de receitas das federações estudadas. Evidenciando como as mesmas se financiam.

Tabela 8 — Total de receita por categorias (2013-2020)

Fed.	Jogos e arbitragem	Taxas, multas e filiações	Comercial e direitos de transmissão	Repasses, subvenções e doações	Receitas financeiras	Demais receitas	Receita Total
AC	42.404	24.877	499.842	1.284.793	6.476	2.399	1.860.792
AL	514.484	447.679	1.044.693	1.411.409	0	5.516	3.423.781
AM	217.988	16.698	520.488	1.349.672	384	36.032	2.141.262
AP	0	33.868	0	1.390.491	1.491	0	1.425.849
BA	624.270	800.454	742.918	675.456	0	2.908.279	5.751.378
CE	941.094	520.288	152.562	1.091.254	848	155.957	2.862.002
DF	903.857	102.430	715.080	818.999	1.925	27.695	2.569.986
ES	650.789	297.952	527.124	1.049.342	11.513	1.889	2.538.609
GO	695.077	488.836	1.250.276	959.031	43.133	365.388	3.801.741
MA	313.901	191.357	50.833	1.163.179	30.348	588.477	2.338.095
MG	4.080.017	2.260.152	4.067.266	940.054	424.598	938.199	12.710.285
MS	0	291.788	585.588	766.840	1.176	822.258	2.467.649
MT	186.015	266.855	542.557	1.194.743	1	42.341	2.232.513
PA	847.850	50.007	1.497.002	640.841	680	1.061.854	4.098.235
PB	0	611.760	213.750	1.895.579	42.819	0	2.763.908
PE	0	0	0	0	114.184	6.168.257	6.282.441
PI	104.824	88.904	22.500	1.534.911	4.117	56.388	1.811.644
PR	1.763.758	1.601.385	597.149	1.461.214	195.982	92.470	5.711.957
RJ	4.728.375	3.928.375	13.286.747	906.338	263.769	4.737.351	27.850.955
RN	762.091	326.295	361.244	1.814.207	1.922	421.911	3.687.670
RO	11.299	94.756	102.857	1.135.029	12.660	96.289	1.452.890
RR	0	0	0	983.610	90.122	292.606	1.366.338

Fed.	Jogos e arbitragem	Taxas, multas e filiações	Comercial e direitos de transmissão	Repasses, subvenções e doações	Receitas financeiras	Demais receitas	Receita Total
RS	3.525.356	1.803.960	1.930.302	403.058	36.027	1.437.946	9.136.649
SC	1.200.030	1.434.925	1.277.133	402.471	20.657	558.598	4.893.814
SE	230.470	324.084	468.071	2.005.693	420	34.070	3.062.808
SP	9.150.125	6.198.750	31.875.500	0	4.303.625	2.158.875	53.686.875
TO	0	425.858	58.333	1.037.741	1.144	8.500	1.531.576

Fonte: O autor (2021).

Nota-se, que todas as federações possuem valores acima de R\$1.000.000 nas receitas totais. Entretanto, 13 delas tiveram os repasses, subvenções e doações como a única fonte de receita com arrecadação acima desse mesmo montante. Sendo elas, as federações do Acre, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Dentre as 27 federações analisadas, a de São Paulo é a que possui a maior quantia arrecadada, tendo R\$53.686.875 como valor médio total. A mesma, também se destaca por possuir os maiores valores de receitas nas categorias de jogos e arbitragem, taxas, multas e filiações, comercial e direitos de transmissão, e receitas financeiras. Sendo a única federação a ter mais de R\$1.000.000 nesta última categoria. Esta superioridade da federação de São Paulo no montante arrecadado, possivelmente deve-se à quantidade de clubes com bom desempenho esportivo, e à grande torcida e visibilidade comercial destes.

Para as categorias restantes, assim sendo, as com repasses, subvenções e doações, e demais receitas, as federações com maiores arrecadações são as de Sergipe e Pernambuco, respectivamente.

A tabela 9 aborda os valores mínimos, médios e máximos, para cada fonte de receita, em cada ano, no período de 2013 a 2020.

Tabela 9 — Estatísticas descritiva de receitas por categorias (2013-2020)

Cat.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	1	0	0	0	0	0	0	0	
a	2	1.430.295	1.239.989	1.845.480	1.616.724	1.580.491	1.266.402	1.583.301	431.372
	3	6.318.000	7.293.000	11.762.000	11.762.000	12.229.000	11.505.000	10.846.000	2.766.000

Cat.		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
b	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	632.943	642.509	798.454	1.028.774	913.123	1.123.588	1.820.083	988.587
	3	5.289.000	4.866.000	5.533.000	7.128.000	5.918.000	8.187.000	15.850.000	6.190.000
c	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	2.065.438	2.613.123	2.385.756	2.984.737	3.132.916	3.171.971	2.747.200	3.709.566
	3	21.226.000	25.064.000	26.150.000	30.256.000	35.004.000	39.949.000	35.489.000	41.866.000
d	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	617.587	915.392	922.476	1.217.510	972.319	1.084.144	1.152.199	1.452.650
	3	1.197.788	2.233.615	3.363.459	2.630.057	2.300.715	2.613.849	2.299.886	2.998.671
e	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	17.601	10.295	34.287	418.178	447.857	381.292	559.959	254.734
	3	182.086	137.675	540.735	7.158.000	7.845.000	6.461.000	8.654.000	4.311.000
f	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	1.368.343	997.914	602.988	1.327.129	657.580	514.447	513.841	366.494
	3	8.927.505	9.524.301	3.777.020	19.447.000	6.220.253	5.227.523	4.782.106	3.427.000
g	1	1.126.072	904.430	1.076.418	1.419.939	984.125	1.349.692	1.402.973	1.420.780
	2	6.132.207	6.419.223	6.589.440	8.593.052	7.704.285	7.541.845	8.376.584	7.203.404
	3	34.470.000	40.411.000	44.949.000	57.884.000	62.458.000	67.206.000	64.246.000	57.871.000

Fonte: O autor (2021), nota: a = Jogos e arbitragem; b = Taxas, multas e filiações; c = Comercial e direitos de transmissão; d = Repasses, subvenções e doações; e = Receitas financeiras; f = Demais receitas; g = Receita Total; 1 = Mínimo; 2 = Média; 3 = Máximo.

Em todos os anos analisados, destaca-se, a variação entre os valores mínimos e médios para os valores máximos de cada categoria de receita, sendo a categoria comercial e direitos de transmissão, a que apresenta maiores variações.

Na receita total, essa diferença torna-se ainda mais expressiva, evidenciando a discrepância de arrecadação entre as federações. Onde, a menor diferença encontrada entre o mínimo e o máximo de um mesmo ano, foi em 2013, no valor de R\$33.343.928, enquanto a maior diferença foi em 2018, no montante de R\$65.856.308. A menor e maior variação entre a média e o máximo, também foram encontradas nos anos de 2013 e 2018, sendo essas, de R\$28.337.793 e R\$59.664.155, respectivamente.

No geral, as receitas apresentaram evolução de 2013 a 2019, com destaque para as categorias comercial e direitos de transmissão, e taxas, multas e filiações, sendo essas, as receitas que demonstraram maiores crescimentos. A categoria demais receitas foi a única que apresentou queda durante os anos citados, podendo ser resultado de uma melhora na classificação das receitas dessas entidades, em que, com classificações mais detalhadas, menos receitas irão para categorias amplas como a de demais receitas.

Destaca-se, que o ano de 2020 apresentou redução nos valores arrecadados quando comparado com o ano de 2019, onde, as categorias jogos e arbitragem, taxas, multas e filiações, foram as receitas com maiores variações negativas, tendo a pandemia de COVID-19 como possível causa. Entretanto, ressalta-se que as categorias repasses, subvenções e doações, e comercial e direitos de transmissão, seguiram apresentando evoluções.

#### 4.6 REPRESENTATIVIDADE RECEITAS

A tabela 10 evidencia a representatividade de cada categoria de receita perante a receita total das federações, demonstrando quais são suas principais fontes de receitas.

Tabela 10 — Representatividade das receitas por categorias e federações (2013-2020)

Fed.	Jogos e arbitragem	Taxas, multas e filiações	Comercial e direitos de transmissão	Repasses, subvenções e doações	Receitas financeiras	Demais receitas
AC	2%	1%	25%	71%	1%	0%
AL	13%	13%	29%	44%	0%	0%
AM	9%	1%	16%	70%	0%	3%
AP	0%	2%	0%	98%	0%	0%
BA	10%	13%	13%	11%	0%	52%
CE	32%	18%	5%	40%	0%	4%
DF	33%	4%	29%	33%	0%	1%
ES	26%	12%	18%	43%	0%	0%
GO	19%	14%	30%	28%	1%	8%
MA	14%	9%	2%	51%	2%	23%
MG	31%	18%	32%	8%	3%	7%

Fed.	Jogos e arbitragem	Taxas, multas e filiações	Comercial e direitos de transmissão	Repasses, subvenções e doações	Receitas financeiras	Demais receitas
MS	0%	12%	23%	31%	0%	33%
MT	10%	12%	22%	54%	0%	2%
PA	34%	0%	12%	14%	0%	39%
PB	0%	22%	8%	68%	2%	0%
PE	0%	0%	0%	0%	2%	98%
PI	5%	5%	2%	85%	0%	2%
PR	32%	28%	11%	25%	3%	2%
RJ	16%	13%	50%	4%	1%	17%
RN	16%	11%	11%	55%	0%	7%
RO	1%	7%	8%	78%	1%	6%
RR	0%	0%	0%	71%	6%	23%
RS	40%	20%	20%	4%	0%	16%
SC	25%	29%	23%	10%	0%	13%
SE	7%	9%	15%	67%	0%	1%
SP	17%	12%	60%	0%	7%	4%
TO	0%	28%	4%	68%	0%	1%

Fonte: O autor (2021).

Destaca-se, que das 27 federações analisadas, 16 possuem as receitas de repasses, subvenções e doações como sua principal fonte de arrecadação. Sendo elas, as federações do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Por outro lado, as federações do Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul, têm as receitas de jogos e arbitragem como sua principal fonte de arrecadação. Enquanto a de Santa Catarina possui as taxas, multas e filiações como as receitas mais representativas.

A categoria comercial e direitos de transmissão, é a principal fonte de arrecadação para as federações de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto as federações da Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco, possuem as demais receitas como as principais. Sendo que, as receitas da federação de Pernambuco foram classificadas

como demais receitas, pelo fato das categorias utilizadas nas demonstrações da mesma não se encaixarem nas categorias utilizadas na pesquisa.

Além disso, analisando as duas maiores representatividades de cada categoria, temos as federações do Rio Grande do Sul e Pará, para as de jogos e arbitragem. As de Santa Catarina, Paraná e Tocantins, para a categoria taxas, multas e filiações. De São Paulo e Rio de Janeiro, para comercial e direitos de transmissão. De Amapá e Piauí em repasses, subvenções e doações. São Paulo e Roraima para as receitas financeiras. E Pernambuco e Bahia para as demais receitas.

Na tabela 11 encontra-se a representatividade das categorias em relação às federações agrupadas em regiões.

Tabela 11 — Representatividade das receitas por categorias e regiões (2013-2020)

Rep. Receitas	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Jogos e arbitragens	7%	14%	12%	23%	31%
Taxas, multas e filiações	6%	11%	12%	14%	27%
Comercial e direitos de transmissão	11%	9%	26%	40%	18%
Repasses, subvenções e doações	64%	50%	36%	14%	15%
Receitas financeiras	1%	0%	0%	3%	1%
Demais receitas	11%	16%	14%	7%	9%

Fonte: O autor (2021).

Destaca-se, que as receitas de repasses, subvenções e doações são as principais fontes de arrecadação para as federações das regiões norte, nordeste e centro-oeste, sendo, de 64%, 50% e 36%, respectivamente.

Por outro lado, a região sudeste tem a categoria comercial e direitos de transmissão como sua maior fonte de arrecadação, sendo essa, de 40%. Podendo ter como causa, o fato de possuir clubes com melhores desempenhos esportivos, maiores torcidas e visibilidade.

Já a região sul, demonstra equilíbrio em suas fontes de receitas, tendo a categoria de jogos e arbitragens como sua maior fonte de arrecadação, com 31%, e a categoria taxas, multas e filiações como sua segunda maior fonte de receita, com 27%. Demonstrando boa capacidade de geração de receita através das atividades ligadas diretamente à sua operação.

Dentre as maiores representatividades por categoria, tem-se a região sul para as categorias de jogos e arbitragens, e de taxas, multas e filiações, com 31% e 27%,

respectivamente. A região sudeste para as categorias comercial e direitos de transmissão, e receitas financeiras, com 40% e 3%, respectivamente. A região norte para as receitas de repasses, subvenções e doações, com 64%. E por fim, a região nordeste para as demais receitas, com 16%, indicando ser a região com menos detalhamento nas classificações das receitas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As federações estaduais de futebol possuem um papel importante na realização e no desenvolvimento do futebol brasileiro. Dessa forma, torna-se relevante a análise quanto à evidenciação e às fontes de receitas destas entidades, apresentando o panorama da evidenciação contábil das federações estaduais de futebol, bem como, a forma que estas entidades se financiam e quais são suas principais fontes de receitas. Além de que tais análises em federações estaduais de futebol são incipientes e escassas na literatura brasileira.

Assim, realizou-se o presente estudo com o objetivo geral de examinar a evidenciação e as fontes de receitas em federações estaduais de futebol. De modo que, para o atingimento do objetivo supracitado, o estudo guiou-se com os objetivos específicos de identificar o nível de evidenciação das federações estaduais de futebol, identificar as fontes de receitas das federações, bem como, elaborar classificações padrões de receitas com o intuito de possibilitar a pesquisa.

O estudo se deu por meio de uma análise documental, com os relatórios encontrados no website da CBF durante os anos de 2013 e 2020, sendo estes, o primeiro e último ano em que os relatórios estavam disponíveis. Além disso, a população estudada refere-se às 27 federações estaduais de futebol, enquanto a amostra concentrou-se nas federações que efetivaram as publicações de seus relatórios em cada ano analisado.

Como resultado, no que se refere à evidenciação, encontrou-se que das 27 federações analisadas, apenas cinco apresentaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as notas explicativas nos oito anos estudados, enquanto apenas 10 apresentaram relatórios nos oito anos analisados e tiveram auditorias independentes em todos eles. Demonstrando, dessa forma, que as federações estaduais de futebol possuem espaço para evoluções em sua evidenciação contábil. Embora esta tenha apresentado evolução no período, visto que, todas as demonstrações aumentaram sua divulgação anual, no qual, o Balanço Patrimonial foi de 20 publicações em 2013 para 25 em 2020, a Demonstração do Resultado do Exercício de 21 para 24, a Demonstração do Fluxo de Caixa de 12 para 21 e as notas explicativas de 12 para 18. Com destaque para a Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo a demonstração com maior evolução no período.

Além disso, tem-se o Balanço Patrimonial como demonstração mais divulgada e as notas explicativas como as menos publicadas, demonstrando uma limitação, pois as notas explicativas apresentam informações complementares às constantes nas demonstrações,

trazendo informações detalhadas e contribuindo para o entendimento do patrimônio das federações, principalmente pelo fato de algumas delas divulgarem demonstrações com classificações e descrições mínimas.

No que tange às fontes de receitas, encontrou-se que das 27 federações analisadas, 16 possuem as receitas de repasses, subvenções e doações como sua principal fonte de arrecadação, sendo em sua maioria, federações das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Quatro têm a categoria comercial e direitos de transmissão, sendo em sua maioria federações da região sudeste. Três têm as receitas de jogos e arbitragem. Outras três possuem as demais receitas. E uma possui as taxas, multas e filiações como categoria de receita mais representativa. Expondo que 59% das federações estaduais de futebol do Brasil dependem de repasses, subvenções e doações, visto que esta categoria é sua principal fonte de receita.

Além disso, nota-se a necessidade de maior diversificação das receitas por parte das federações estaduais de futebol, pois as receitas de repasses, subvenções e doações representam 64% da arrecadação das federações da região norte e 50% das receitas das federações da região nordeste.

Ademais, destaca-se a discrepância de arrecadação entre as federações. De modo que, a menor diferença encontrada entre a receita total mínima e máxima de um mesmo ano, foi em 2013, no valor de R\$33.343.928, enquanto a maior diferença foi em 2018, no montante de R\$65.856.308.

Observa-se também, que as três maiores arrecadações pertencem às federações de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sendo que as três possuem a categoria comercial e direitos de transmissão como sua principal fonte de receita, podendo indicar que federações com campeonatos e clubes com maiores visibilidades arrecadam quantias maiores e dependem menos de repasses, subvenções e doações.

Dessa forma, nota-se que o estudo atingiu os objetivos definidos e respondeu ao problema de pesquisa. Além disso, contribuiu para a incipiente discussão quanto à evidenciação contábil em federações, corroborando com a literatura das áreas de contabilidade e finanças que estuda a gestão em entidades esportivas, apresentando um panorama geral da evidenciação contábil, bem como do modo que as federações estaduais de futebol se financiam.

Como limitações da presente pesquisa, aponta-se que o estudo não analisou a qualidade das demonstrações contábeis e notas explicativas divulgadas, bem como se elas seguem o que as normas estabelecem. Além disso, na análise de auditoria, considerou-se

como opinião modificada apenas àquelas que apresentaram ressalvas, não sendo observado os motivos dessas ressalvas.

Nesse contexto, sugere-se para pesquisas futuras, analisar a qualidade das demonstrações contábeis e notas explicativas divulgadas, e se elas seguem a estrutura e normas contábeis exigidas. Examinar os motivos das ressalvas constantes nos pareceres de auditoria, bem como, a qualidade do referido parecer e empresa de auditoria responsável. Analisar a composição das despesas das federações estaduais de futebol. Relacionar o nível de evidenciação contábil dos clubes e das federações em que estes são filiados. E por fim, sugere-se também, analisar se há relação entre o desempenho esportivo de clubes filiados às federações e a solvência delas.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. Lei n. 12.395, de 15 de março de 2011. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art1). Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.615, de 23 de março de 1998. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm). Acesso em: 26 ago. 2021.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. Estatuto, 22 mar. 2021. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202108/20210809211122\\_738.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202108/20210809211122_738.pdf). Acesso em: 15 ago. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. ORIENTAÇÃO TÉCNICA OCPC n° 07. Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, 11 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=95>. Acesso em: 24 ago. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico n° 00 (R2). Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)), 10 dez. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T n° 10.13: DOS ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS EM ENTIDADES DESPORTIVAS PROFISSIONAIS, 17 set. 2004. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1005.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1005.pdf). Acesso em: 26 ago. 2021.

COSTA, RODRIGO; MARION, JOSÉ. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. SciELO - Scientific Electronic Library Online. São Paulo, 2007. 14 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/kYwm5Y8WdvvV8cRRHWqYJSm/abstract/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 1 ago. 2021.

FELGUEIRAS DA SILVA, JOSÉ ANTONIO; AZEVEDO DE CARVALHO, FREDERICO ANTONIO. EVIDENCIAÇÃO E DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE CLUBES DE FUTEBOL. **Revista de Contabilidade e**

**Organizações**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 96-116, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235216393006>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FERREIRA, Paulo Vagner. **A Cadeia Produtiva do Futebol: A Importância Econômica da Paixão Nacional**. 2011. Disponível em: <https://www.unisantacruz.edu.br/v4/download/janela-economica/2011/13-a-cadeia-produtiva-do-futebol.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FILHO, Carlos Otto Reusing Brey; SCHNORRENBURGER, Darci. **ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DOS PRINCIPAIS CLUBES DO FUTEBOL BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2011 A 2015**. Repositório Institucional da UFSC. Florianópolis -SC, 2016. 63 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172484>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FPF. Federação Paulista de Futebol. Estatuto, 23 jan. 2018. Disponível em: <https://futebolpaulista.com.br/A-Federacao/Transparencia.aspx>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GOLÇALVES, Emerson. Olhar Crônico Esportivo. **Globo Esporte**, ano 2012, 12 set. 2012. Economia e Finanças. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/platb/olharcronicoesportivo/2012/09/19/o-tamanho-do-esporte-brasileiro/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

GUEVARA, Juan Carlos; MARTÍN, Emilio; ARCAS, María José. Financial Sustainability and Earnings Management in the Spanish Sports Federations: A Multi-Theoretical Approach. **Sustainability**, v. 13, Issue 4, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/4/2099>. Acesso em: 16 set. 2021.

HOLANDA, Allan Pinheiro *et al.* DETERMINANTES DO NÍVEL DE DISCLOSURE EM CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERF**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1. 17 p, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rmccuerj/article/view/5401>. Acesso em: 22 ago. 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Manual de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=evidenciar>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Análise dos índices de endividamento**. Material didático (slides) da Disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Curso de Graduação em

Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 16. ed. 2018. Acesso em: 11 ago. 2021.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Análises vertical e horizontal**. Material didático (slides) da Disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 15. ed. 2018. Acesso em: 26 ago. 2021.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Introdução à análise das demonstrações contábeis**. Material didático (slides) da Disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 15. Ed. 2018. Acesso em: 31 ago. 2021.

SILVA, Ana Régia Ferreira da; SOUZA, Yasmin Maiara Torres. **Nível de transparência das informações contábeis dos clubes de futebol das séries A, B e C**. Repositório Institucional da UFAL. Maceió, 2019. 40 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/7734>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SILVA, César; TEIXEIRA, Higor; NIYAMA, Jorge. **EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL EM ENTIDADES DESPORTIVAS: UMA ANÁLISE DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS**. 2009. 15 p. Disponível em: <https://cienciadotreinamento.com.br/wp-content/uploads/2020/06/EVIDENCIA%C3%87%C3%83O-CONT%C3%81BIL-EM-ENTIDADES-DESPORTIVAS-UMA-AN%C3%81LISE-DOS-CLUBES-DE-FUTEBOL-BRASILEIROS.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2021.

SIQUEIRA, Jeferson Ricardo Rocha. A RELAÇÃO DO DESEMPENHO ESPORTIVO DE CLUBES DE FUTEBOL E SUAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS. **ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498**, 2011. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/4289/4048>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TERRIEN, *et al.* A taxonomy of national sport federations based on their financial profiles: the case of France's state-subsidized model. **Managing Sport and Leisure**, 02 06 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23750472.2021.1936615?needAccess=true>. Acesso em: 17 set. 2021.

TNT SPORTS, maio, ano 2021, 19 mai. 2021. 1 p. Esportes. Disponível em: <https://tntsports.com.br/futebolbrasileiro/FERJ-nao-atingiu-receita-para-pagar-premios-aos-clubes-20210519-0006.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.